



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO  
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

**Dados Básicos**

Foro:	Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua
Processo:	01578008520198060001
Classe do Processo:	Petições Intermediárias Diversas
Data/Hora:	08/07/2021 11:16:21

**Partes**

Solicitante:	Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
--------------	---

**Documentos**

Petição:	2636560_PET_PROSSEGUI MENTO_DO_FEITO_01 - 1- 2.pdf
----------	--



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo n.º 01578008520198060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROBERTO CAMPOS MOURA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer o prosseguimento do feito com o devido agendamento da perícia médica.

Oportunamente, vem à parte Ré requerer o DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA em razão das divergências de informações na documentação médica apresentada, conforme petição de chamamento apresentada em fls. 86/88.

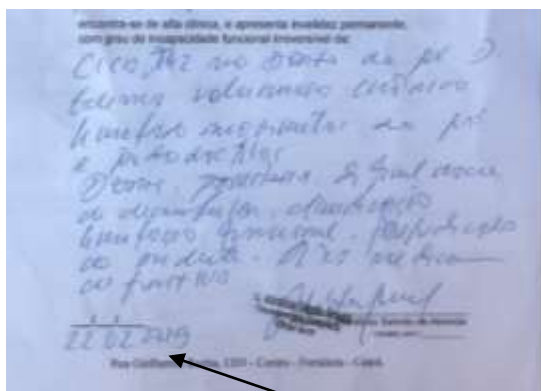
Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

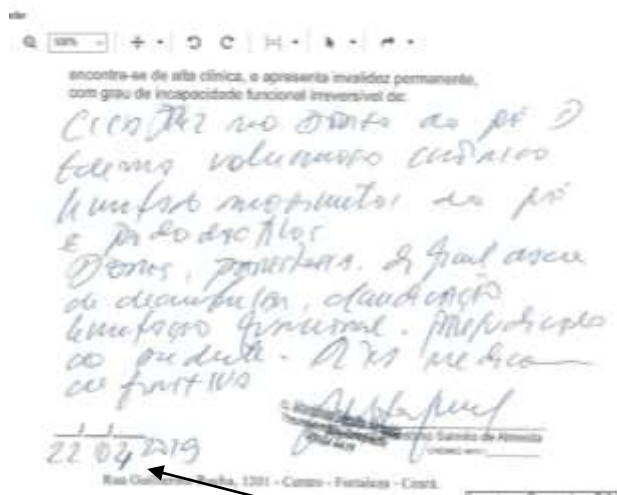
A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o DOCUMENTO DE CONSULTA MÉDICA.

Ocorre que, em detida análise do documento apresentado, percebe-se, sem maiores esforços, algumas diferenças substanciais entre os documentos, em especial no que diz respeito à data da consulta.

Cabe informar que a vítima apresentou a ré o relatório médico original do Dr. Francisco Mardônio Salmito, informando que somente na data de 22/02/2019 passou por consulta com este profissional. Assim, verifica-se que há divergências na data do relatório médico, conforme se depreende do documento apresentado em juízo.

DOCUMENTO COM DATA DE **22/02/2019**





Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do documento médico apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja intimado o médico que realizou o atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelo responsável, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 7 de julho de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**